



ORÇAMENTO
DO ESTADO

Estabilidade, Confiança, Compromisso



REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

Resultados de 2022 superam as expectativas, exceto inflação



6,5%

PIB
real



5,6%

**Taxa de
desemprego**



1,9%

Défice
% PIB



-10,5 p.p.

**Redução
dívida** % PIB



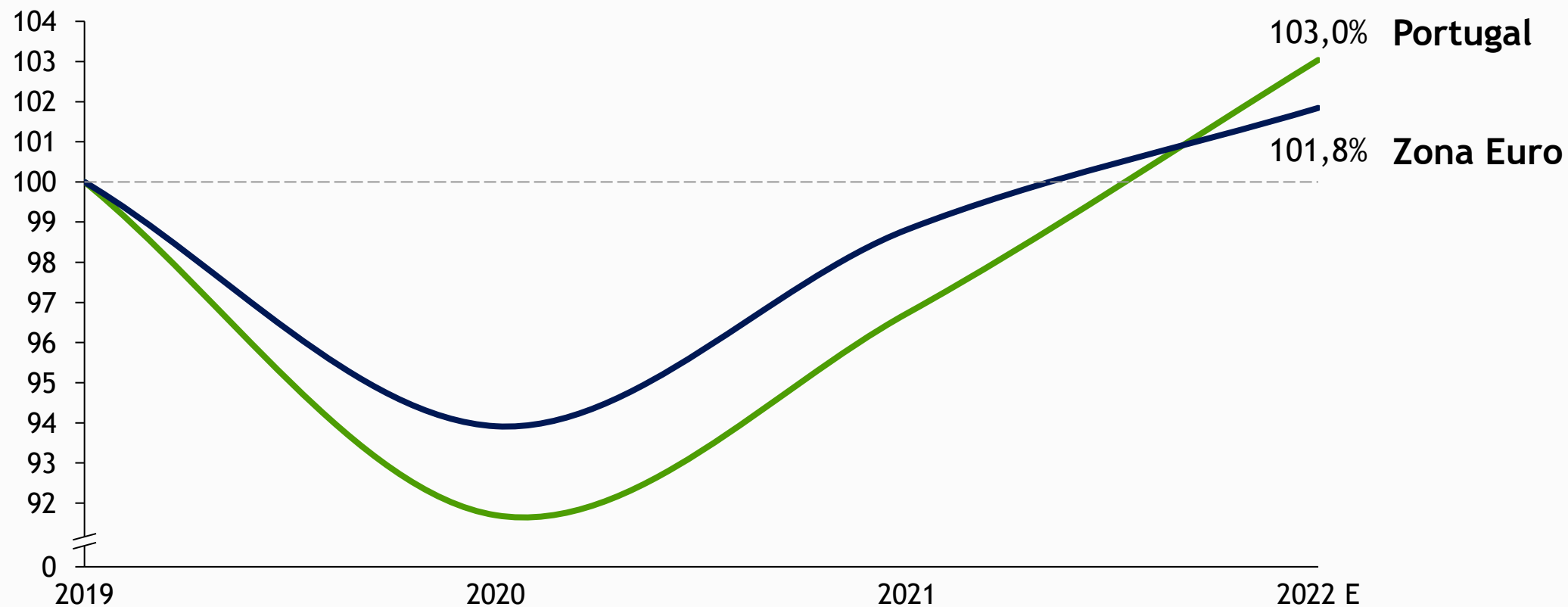
7,4%

Inflação



Portugal recupera da pandemia de forma sólida

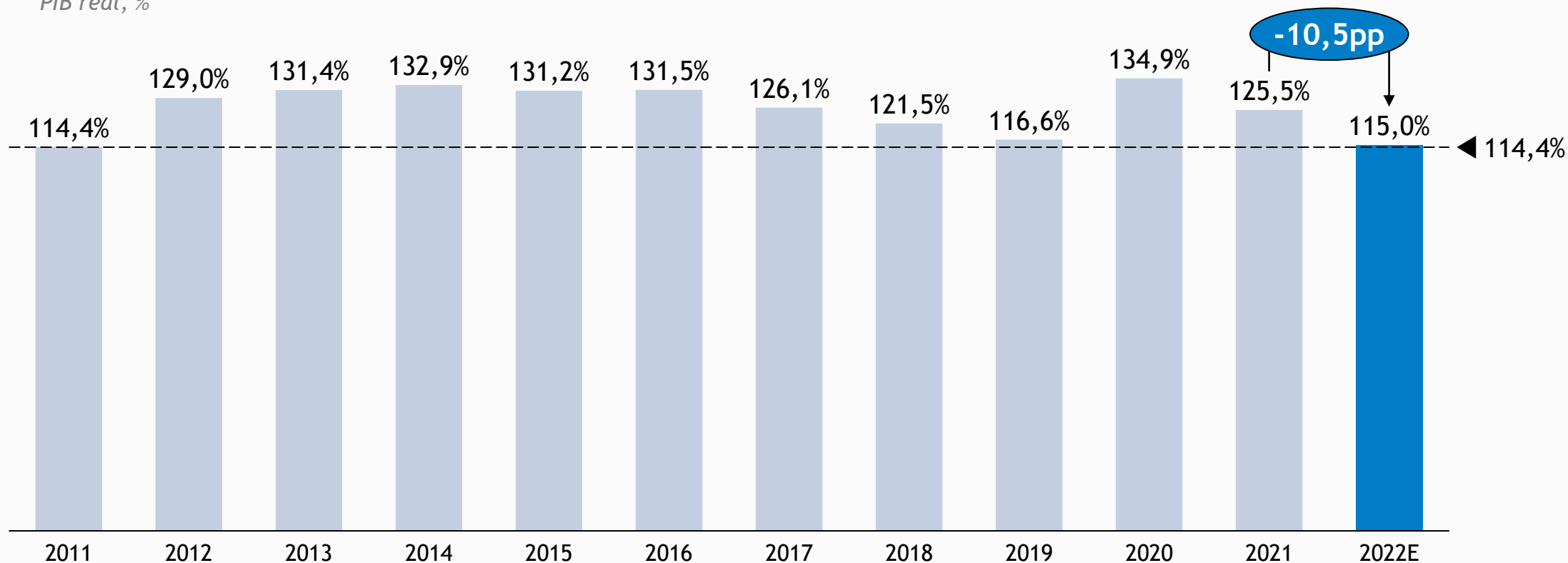
PIB real (2019 = 100)



Redução sustentada da dívida, que regressa a níveis de 2011

Evolução da dívida pública

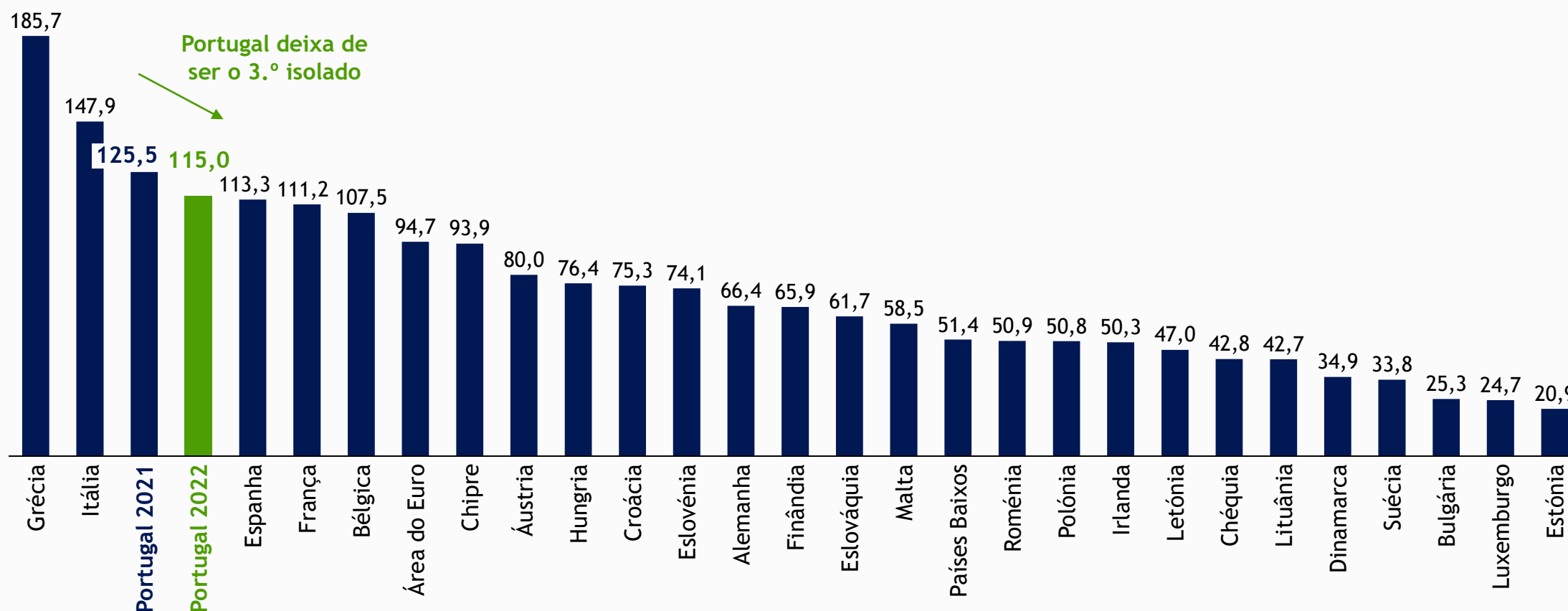
PIB real, %



Portugal aproxima-se do pelotão da dívida na Área do Euro

Dívida pública em 2022, países da Área do Euro

% PIB, p.p.



2023 mantém cenário de crescimento, mas mais moderado



1,3%

PIB

tvh, real



5,1%

**Remunerações
médias** tvh.



0,9%

Défice

% PIB



-4,2 p.p.

**Redução
dívida** % PIB



4,0%

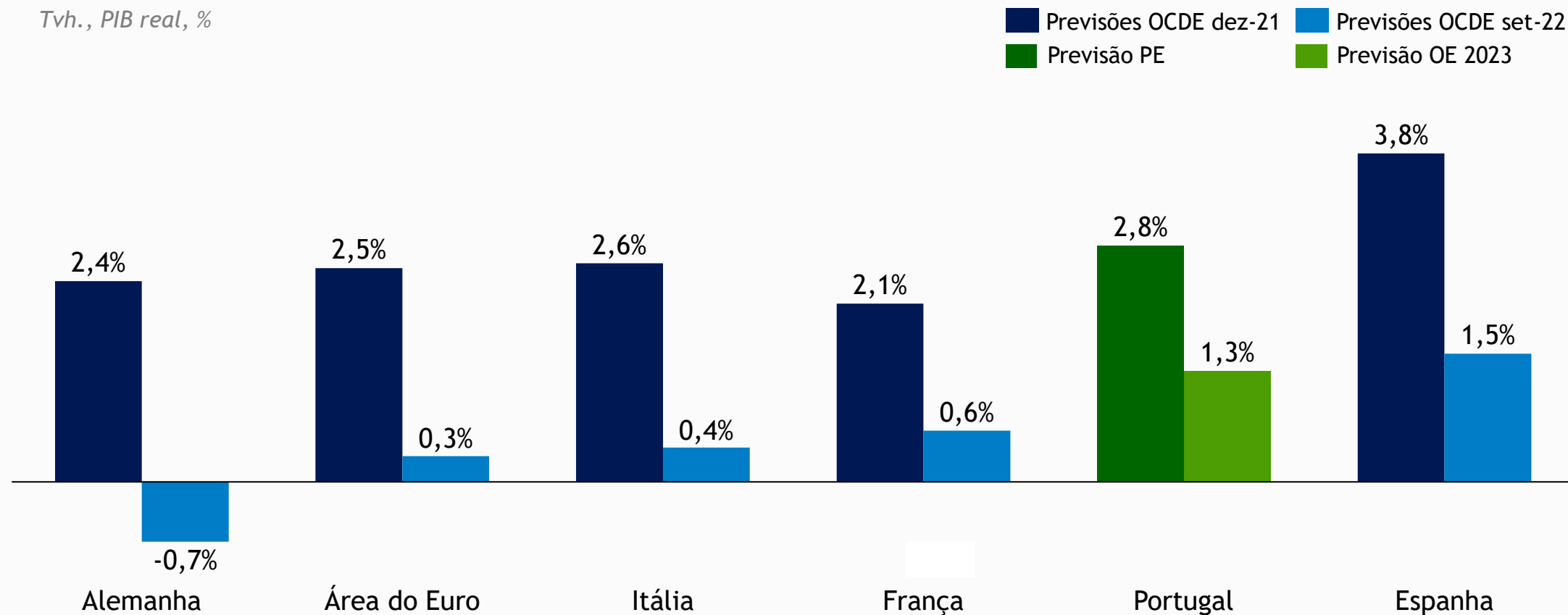
Inflação



Previsões PIB degradam-se mas Portugal acima da Área Euro

Previsões PIB 2023

Tvh., PIB real, %



Cenário macro para 2023

	OE2022	OE2023		
(taxa variação, %)	2022	2022	2023	CFP
PIB real	5,0	6,5	1,3	1,2
Consumo privado	4,3	5,4	0,7	0,5
Consumo público	1,4	1,8	2,3	0,3
Investimento	7,9	2,7	3,6	2,9
Exportações	13,1	18,1	3,7	3,6
Importações	11,5	12,0	4,0	2,6
Saldo orçamental (% PIB)	-1,9	-1,9	-0,9	0,1
Dívida pública (% PIB)	120,8	115,0	110,8	111,8
Inflação (IHPC)	3,3	7,4	4,0	5,1
Desemprego (% pop. ativa)	6,0	5,6	5,6	5,3

Degradação do contexto externo



8 meses

Guerra na Ucrânia continua a gerar instabilidade nos mercados e introduz incerteza nos consumidores Europeus



8x

Crise energética devido à redução do fornecimento de gás à Europa fez disparar preço do gás desde 2021



Comércio

Limitações na oferta, com estrangulamentos nas cadeias de abastecimento a nível global



4%

Inflação elevada com perspectivas de redução em 2023, mas com peso nos custos das famílias, empresas e Estado



2,5%

Taxas de juro a aumentar, Euribor 12m já atingiu os 2,5%, com impacto significativo nos custos de financiamento



0,3%

Abrandamento da Economia Zona Euro, com cenário pessimista a prever em 2023 recessão na Zona Euro (-0,9%)

Fatores de confiança a nível interno

Localização

Posição estratégica e atratividade de Portugal são vantagens na atração de investimento

60%

Alta quota de renováveis (vs. UE = 37%), com autonomia energética elevada, e o mecanismo ibérico a baixar custos

3 700 M€

Aceleração da execução do PRR possibilitará em 2023 investimento público recorde, máximo desde 2011

5,6%

Taxa de desemprego baixa, com forte dinâmica no mercado de trabalho, e 560 mil empregos criados desde 2015

4 anos

Estabilidade política e social, com garantia de previsibilidade, reforçada pelo Acordo de Rendimentos

BBB+

Melhoria do rating da dívida (S&P), juros inferiores aos de Espanha



OE 2023 tem 3 grandes prioridades



Reforçar os rendimentos

Valorização dos rendimentos do trabalho

Reforço das pensões e prestações sociais

Apoio aos jovens e famílias com crianças

Alívio dos custos de vida

Contenção dos preços da energia



Promover o investimento

Fomento ao investimento privado

Apoio às empresas afetadas pela inflação

Fiscalidade mais justa nas empresas

Reforço do investimento público

Aceleração da transição climática

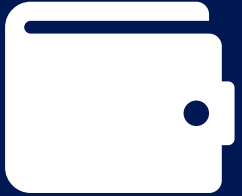


Reduzir a dívida pública

Melhoria do saldo e redução da dívida

Racionalização da despesa

Dotações ajustadas às necessidades



Reforçar os rendimentos

Valorização dos rendimentos do trabalho

Reforço das pensões e prestações sociais

Apoio aos jovens e famílias com crianças

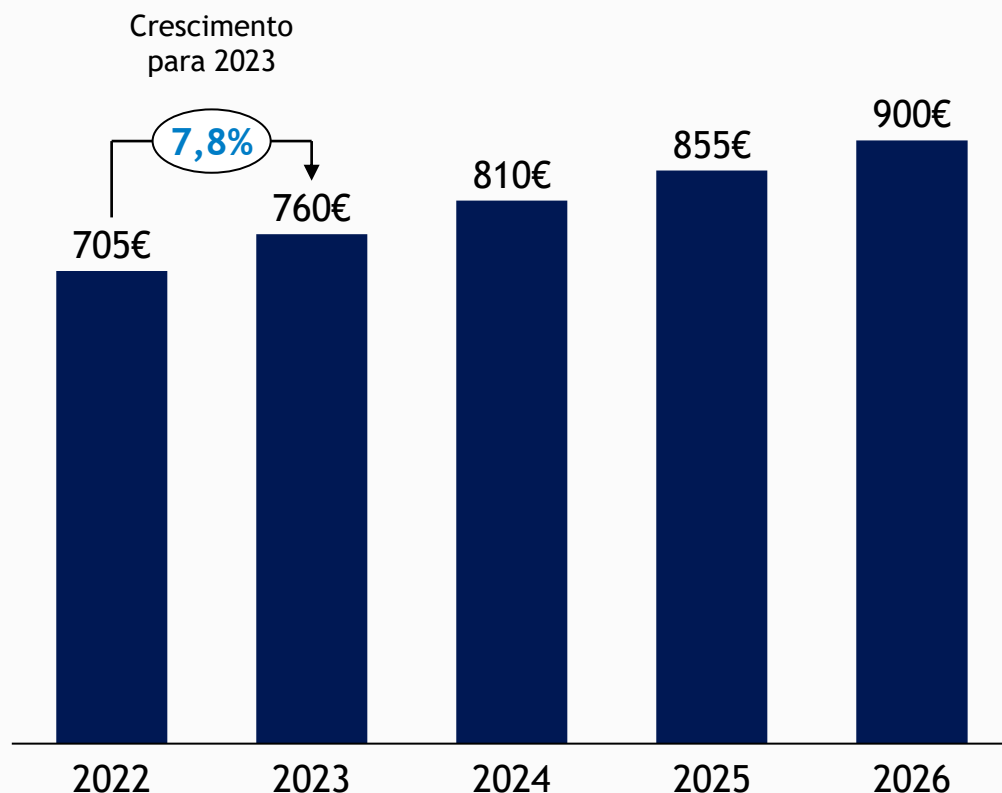
Apoio dos custos com habitação e transportes

Contenção dos preços da energia

Acordo de Rendimentos sustenta evolução dos salários

Evolução do Salário Mínimo Nacional

Compromisso Acordo de Rendimentos¹



Valorização nominal das remunerações

Compromisso Acordo de Rendimentos

ANO	VALORIZAÇÃO ANUAL
2023	+ 5,1%
2024	+4,8%
2025	+4,7%
2026	+4,6%

1. Crescimento anual de 6,3% em média, no período 2022-26

Fonte: Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, outubro de 2022

Reforço dos rendimentos do trabalho via salários

1



Aumentos salariais e outras valorizações na Administração Pública

- Aumento mínimo do salário base em **52 €/mês**
- Subsídio de refeição: aumento para 5,20€
- Aumento mínimo da remuneração em **834 €/ano**
- **Beneficiários:** 742 mil funcionários públicos

1 320 M€

2



Apoio em IRC aos aumentos salariais no setor privado

- **Majoração em 50%** dos custos salariais com aumentos iguais ou superiores a 5,1%
- **Beneficiários:** mais de 500 mil empresas

75 M€
(impacto em 2024)

3



Majoração dos custos salariais para empresas do interior

- **Majoração em 120%** dos custos salariais (remuneração fixa e contribuições segurança social)
- **Beneficiários:** empresas do interior

n.a.

Valorização dos salários na administração pública

+3,6%

Aumento médio do salário base

➤ **905 M€** despesa total¹

+

+0,3%

Aumento subsídio de refeição

➤ **5,20 €** valor atualizado

➤ **77 M€** despesa total²

+1,2%

Outras valorizações

➤ Promoções e progressões

➤ **338 M€** despesa total

+3,9%

Aumento médio



+5,1%

Ganho médio³

➤ **742 mil**
funcionários
públicos

➤ **1 320 M€**
despesa total³

1. Inclui revisão da TRU e valorizações de carreiras 2. Não inclui perda de receita fiscal 3. Não inclui aumento da despesa por volume, que soma +0,4%, para um aumento total da massa salarial da administração pública de 5,5%. Fonte: OE23

Incentivo fiscal à valorização salarial no setor privado

3 condições

1. Valorização dos rendimentos

Considerados os aumentos dos encargos com trabalhadores (salário + contribuições segurança social) cuja remuneração aumente **pelo menos 5,1 %**

2. Valorização dos salários médios

Considerados aumentos acima da RMMG e sem considerar membros de órgãos sociais¹

3. Redução das disparidades salariais

Não aumento do leque salarial²

Incentivo fiscal

**Majoração dos
encargos
salariais³ em**

50 %

1. Não são igualmente considerados trabalhadores que detenham mais de 50% da empresa ou do agregado familiar; 2. Leque salarial entre os montantes anuais da maior e menor remuneração fixa dos trabalhadores; 3. São considerados os encargos correspondentes ao aumento determinado por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho dinâmica relativos a trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado. Fonte: Acordo de Rendimentos

Reforçar os rendimentos via **redução do IRS**

4		Atualização dos limites dos escalões do IRS	• Todos os limites atualizados a 5,1% • Beneficiários: cerca de 3 milhões de agregados	300 M€
5		Redução de 23% para 21% da taxa IRS do 2.º escalão	• Redução taxa marginal do 2º escalão de 23% para 21% • Redução todas as taxas médias a partir do 2º escalão • Beneficiários: cerca de 2 milhões de agregados	200 M€
6		Reforma do Mínimo de Existência	• “Isenção total” IRS: aumento de 705€ para 760€/mês • Correção da distorção de taxas marginais de 100% logo acima do SMN • Beneficiários: ~800 mil agregados, até 1000€/mês por titular	200 M€
7		Novo modelo de tabelas de retenção na fonte do IRS	• Novo modelo: fim de situações de regressividade nas mudanças de intervalo, adotando o modelo dos escalões de IRS, com taxas marginais	<i>n.a.¹</i>

Redução de 23% para 21% da taxa IRS do 2.º escalão

Efeito sobre todos os escalões a partir do 2.º

Escalões atuais

Escalão de IRS	Limite superior (€)	Taxa marginal (%)	Taxa média (%)
1	7 116	14,5	14,5
2	10 736	23,0	17,4
3	15 216	26,5	20,1
4	19 696	28,5	22,0
5	25 076	35,0	24,8
6	36 757	37,0	28,9
7	48 033	43,5	32,1
8	75 009	46,0	36,8
9	> 75 009	48,0	-



Novos escalões

Limite superior (€)	Taxa marginal (%)	Taxa média (%)
7 479	14,5	14,5
11 284	21,0	16,7
15 993	26,5	19,6
20 701	28,5	21,6
26 355	35,0	24,5
38 632	37,0	28,5
50 483	43,5	32,0
78 835	46,0	36,7
> 78 835	48,0	-

Reforma do **Mínimo de Existência** garantirá que maior salário bruto resulta sempre num maior salário líquido

Atual: isenção até 9 870 €, mas taxa marginal de 100% a seguir

Salário bruto (€/ano)	Salário líquido (€/ano)
9 870	9 870
10 555	9 870

+685 € → **+0 €**
Taxa marginal = 100%

Novo: isenção até 10 640 € e com garantia de aumentos líquidos

Salário bruto (€/ano)	Salário líquido (€/ano)
10 640	10 640
11 325	11 052

+685 € **+412 €**

Novas tabelas retenção na fonte IRS garantem que aumentos brutos resultam em aumentos no salário líquido nesse mês

Tabelas atuais são regressivas nas mudanças de intervalo, onde a taxa aumenta¹

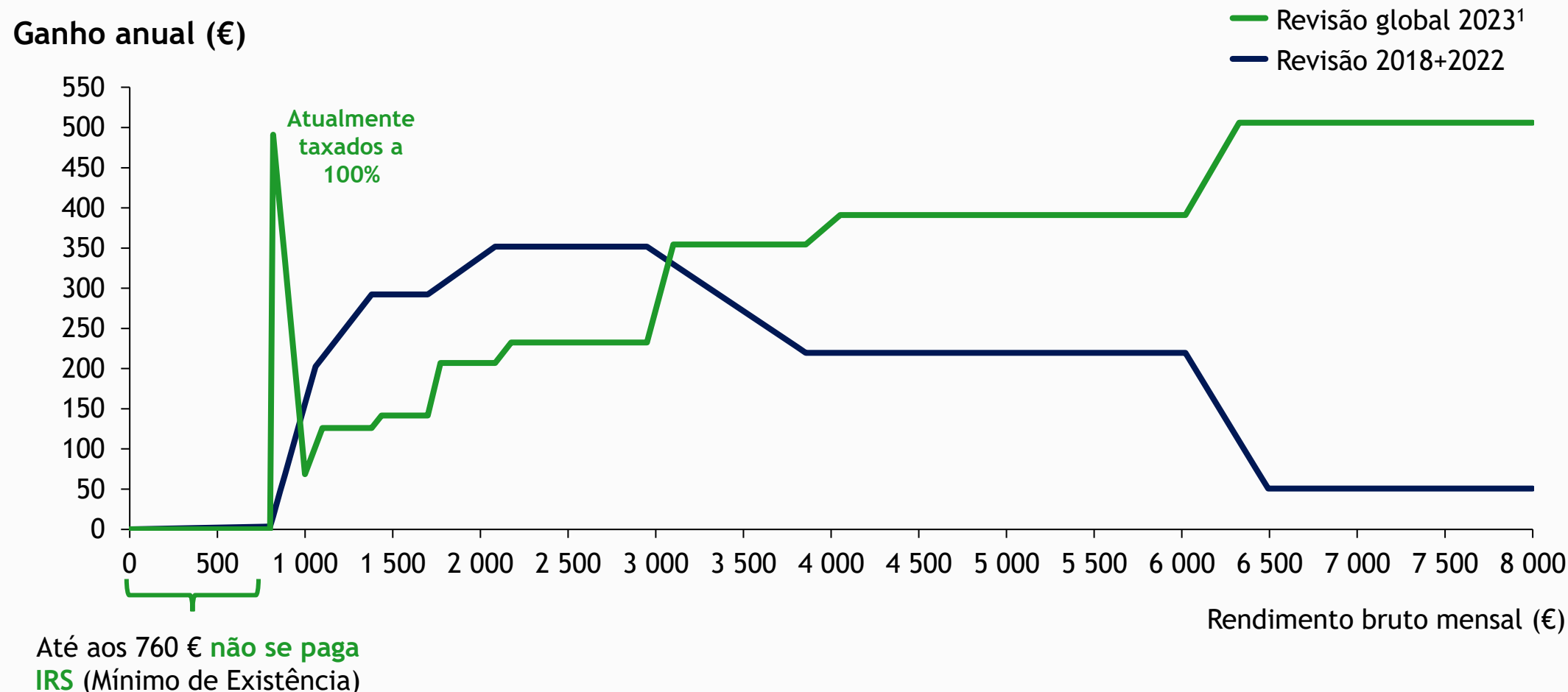
Salário bruto (€)	Taxa retenção (%)	Salário líquido (€)
1 333	14,4%	1 141
1 334	15,3%	1 130
+1€		-11€

Novas tabelas adotam sistema de taxas marginais dos escalões de IRS

Salário bruto (€)	Salário líquido (€)
1 333	1 153,7
1 334	1 154,4
+1€	+0,7€

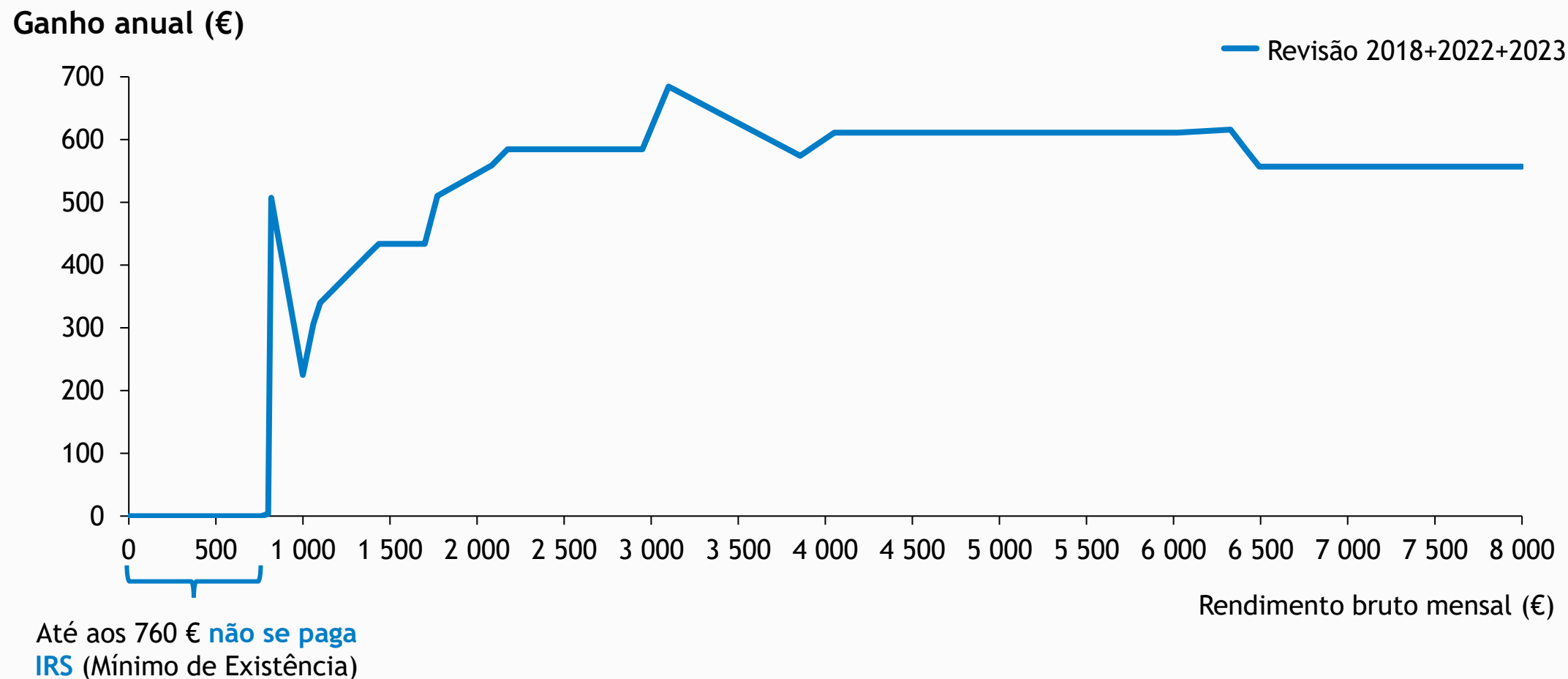
1. No entanto, o efeito de retenção na fonte mensal excessiva é compensada no reembolso de IRS, aquando da entrega da declaração. Nota: Exemplo considera trabalhador dependente casado, 2 titulares, com 1 filho. Valores para novas tabelas ainda sujeitos a alterações. Fonte: Portal das Finanças; OE23

As 3 alterações no IRS em 2023 geram ganhos importantes



1. Três alterações: (1) Atualização dos escalões a 5,1%; (2) Reforma do Mínimo de Existência; (3) Diminuição da taxa marginal do 2º escalão de 23% para 21%.
Nota: Ganhos calculados para um solteiro sem dependentes, da Categoria A (trabalho dependente). Fonte: OE23

Reforma de 2023 é complementar às de 2018 e 2022



Três alterações em 2023: (1) Atualização dos escalões a 5,1%; (2) Reforma do Mínimo de Existência; (3) Diminuição da taxa marginal do 2º escalão de 23% para 21%.
Nota: Ganhos calculados para um solteiro sem dependentes, da Categoria A (trabalho dependente). Fonte: OE23

Apoio ao rendimento dos jovens

8



Alargamento do IRS jovem

- **Aumento das taxas de isenção** nos 5 anos de vigência, dos atuais 10-30% para 20-50%
- **Limites de isenção** sobem em todos os anos
- **Beneficiários:** 100 mil jovens

15 M€

9



Reforço do Porta 65 para apoio ao arrendamento

- **Aumento em ~30% da dotação** do Porta 65, programa de apoio ao arrendamento jovem
- **Limite do apoio** sobe para 300€ mensais
- **Beneficiários:** mais 2 mil agregados jovens

7 M€

Alargamento dos apoios às famílias com crianças

10		Aumento do abono de família	• Mínimo de 50 €/mês por criança, com aumento de 41 € para 50 €/mês para crianças +6 anos • Aumento do limite do 3 escalão de 1,5 para 1,7 IAS • Beneficiários: 480 mil pessoas	82 M€ ²
11		Alteração aos escalões do abono de família		13 M€
12		Aumento das deduções no IRS a partir do 2.º filho	• Aumento de 750 € para 900 €/ano por filho • Beneficiários: cerca de 100 mil pessoas	10 M€ ³
13		Aumento da garantia infância	• Aumento de 70 € para 100 €/mês por criança em pobreza extrema • Beneficiários: 150 mil pessoas	53 M€ ¹

1. Impacto incremental face a 2022, totalizando 70 M€/ano em 2023 2. Impacto incremental face a 2022, totalizando 110 M€/ano em 2023

3. Impacto incremental face a 2022, totalizando 20 M€/ano em 2023. Fonte: OE23

Reforço do rendimento via **pensões e prestações sociais**

14		Atualização do Indexante de Apoios Sociais (IAS)	• Aumento do valor de referência do IAS: 8% • Atualização acima da inflação de 2022 a 2023 • Beneficiários: 1,6 milhões¹	155 M€
15		Atualização das pensões	• Atualização das pensões: 3,5-4,43% • Reforça reposição do poder de compra • Beneficiários: 2,7 milhões de pensionistas	1 155 M€
16		Reforço Complemento Solidário para Idosos²	• Convergência do limite mínimo auferido por cada idoso com o valor do limiar de pobreza • Alargamento do número de beneficiários • Beneficiários: 170 mil	53 M€

1. Impacta um vasto conjunto de prestações sociais, por exemplo o Abono de Família, a Prestação Social para a Inclusão, o Rendimento Social de Inserção, entre outros.

2. Aumento do limite mínimo para beneficiar do Complemento Solidário para Idosos, para convergir com o valor do salário mínimo. Fonte: OE23

Apoio aos custos com **habitação**

45 M€
(impacto em 2024)

17



Limitação a 2% nos aumentos das rendas

- **Limitação da atualização das rendas** ao referencial da inflação, impondo um valor máximo de 2%
- **Compensação integral aos proprietários** via IRS e IRC
- **Beneficiários:** ~1 milhão de famílias

18



Renegociação dos contratos de crédito à habitação

- **Bancos terão de renegociar** créditos à habitação²
- **Possibilita** refinanciamento, extensões de prazo, alteração do tipo de taxa e consolidação
- **Beneficiários:** ~1,3 milhões de agregados

n.a.

19



Suspensão da comissão de amortização antecipada

- **Suspensão temporária** das comissões de reembolso antecipado cobradas pelos bancos
- **Elegíveis:** créditos à habitação com taxa variável
- **Beneficiários:** ~1,3 milhões de agregados

n.a.

20



Apoio aos encargos com crédito habitação

- **Redução das retenções na fonte**, mediante requisição³
- **Elegíveis:** trabalhadores dependentes com remuneração até 2 700 €/mês e titulares de crédito à habitação
- **Beneficiários:** ~1,4 milhões de agregados

n.a.¹

1. Custo de 250 M€ de antecipação 2. Bancos terão de avaliar periodicamente a evolução da taxa de esforço nos contratos a taxa variável. Em caso de agravamento significativo e cumpridas condições, são obrigados a apresentar propostas aos clientes 3. Do trabalhador à entidade patronal. Fonte: OE23

Contenção dos preços da energia

21 Injeção para redução dos preços da eletricidade e gás

- **Redução dos aumentos dos preços** através da injeção de capital (CESE e taxa de carbono) e excedente tarifário nos sistemas de eletricidade e gás
- **Beneficiários:** consumidores de eletricidade e gás

3 000 M€¹

22 Redução do IVA da eletricidade para 6%

- **Redução do IVA** para 6% na componente do consumo, nos primeiros 100 kWh², para potências inferiores a 6,9 kVA
- **Beneficiários:** 5 M consumidores (+85%)

90 M€

23 Manutenção dos preços dos transportes públicos

- **Passes e bilhetes ocasionais:** 0% aumento
- **Compensação** aos operadores
- **Beneficiários abrangidos:** 1,2 milhões de passes

66 M€

1. Total medida = 3 000 M€, dos quais 1 000 M€ de injeção em 2022, 1 000 M€ CESE+ taxa carbono em 2023, 1 000 M€ de excedente tarifário.

2. Sobe para 150 kWh para agregados com mais de 4 pessoas. Fonte: OE23

Contenção dos preços da energia

24



Transição para o mercado regulado de gás natural

- **Poupança mensal:** poderá ser acima de 70%
- **Beneficiários:** 1,3 milhões consumidores (com consumo anual abaixo de 10 mil m³)

60 M€²

25



Redução do ISP na gasolina e gasóleo

- **Redução total da carga fiscal** ascende atualmente a 0,28 €/L no gasóleo e 0,26 €/L na gasolina

n.a.

Casal com 2 filhos receberá cerca de 3 200 €



Casal com 2 filhos

Mãe: salário bruto 1 400 €/mês

Pai: salário bruto 1 150 €/mês

Filho: 8 anos

Filha: 5 anos

- **Renda:** 700 €/mês
- Cada pai tem um **passo mensal** de transportes (40€/mês cada)



Poupança anual das medidas para 2023

1 834 € Aumento salarial¹

291 € Atualização dos escalões do IRS²

150 € Aumento da dedução IRS (2º filho)³

326 € Renda da casa⁴

600 € Gás e eletricidade⁵

= 72 € Passes de transportes⁶

3 273 € Total anual



1. Considerando que o pai é funcionário público e a mãe trabalha numa empresa privada que a aumenta a 5,1%, conforme Acordo de Rendimentos
 2. Atualização dos escalões a 5,1% + redução da taxa marginal do 2º escalão em 2 pp 3. Aumento de 750€ para 900€ 4. Poupança resultante da limitação do aumento a 2% 5. Passagem para o mercado regulado do gás (considerando aumentos anunciados por operadores do mercado liberalizado para outubro 2022) + IVA eletricidade 6. Poupança face a aumento à inflação. Fonte: OE23



Promover o investimento

Fomento ao investimento privado

Apoio às empresas afetadas pela inflação

Fiscalidade mais justa nas empresas

Reforço do investimento público

Aceleração da transição climática

Fomento ao investimento privado

26		Novo incentivo à capitalização de empresas (ICE)¹	• Dedução em IRC dos aumentos de capital próprio • Taxa anual: 4,5% (5% para PMEs e <i>small mid caps</i>) • Limite anual: maior entre 2 M€ e 30% do EBITDA • Prazo de dedução: 10 anos	120 M€ (impacto em 2024)
27		Melhoria do regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI)	• Majoração, de 25% para 30%, das deduções à coleta de investimentos até 15 M€² • Investimentos elegíveis: regiões do Norte, Centro, Alentejo e Regiões Autónomas	25 M€ (impacto em 2024)
28		Novo regime fiscal de dedução de prejuízos	• Prazo de dedução passa a ser ilimitado • Taxa dedução anual: passa de 70% para 65%	<i>n.a.</i>
29		Redução do IRC para PMEs e <i>small mid caps</i>	• Alargamento da taxa reduzida de IRC de 17%, dos atuais 25 000 € para 50 000 € de lucro anual • Alargamento a <i>small mid caps</i> • Empresas do interior: 12,5% (em vez de 17%) • Beneficiários: 110 mil empresas	60 M€

1. Funde e simplifica dois regimes atuais: Dedução por lucros Retidos e Reinvestidos; e Remuneração Convencional do Capital Social;

2. A partir dos 15 M€, a dedução é de 10%. Fonte: OE23

Novo incentivo à **capitalização de empresas (ICE)**

	Regimes atuais			Novo regime
	RCSS ¹	DLRR ²		ICE
Tipologia de empresa	Todas as empresas	Micro e PMEs		Todas as empresas³
Benefício	Dedução de 7% das entradas até 2M€ durante 6 anos	Dedução de 10% de até 12 M€ de lucros retidos reinvestidos⁴	>	Dedução anual de 4,5% dos aumentos líquidos de capital durante 10 anos (5% nas PMEs) - Limite: maior entre 2 M€ e 30% do EBITDA
Entregas elegíveis	- Entradas em dinheiro - Conversão de créditos - Lucros do exercício	Investimentos resultantes de prêmios de emissões e resultados não distribuídos		Todas as atualmente consideradas na RCSS e na DLRR

1. Remuneração convencional do capital social; 2. Dedução por lucros retidos e reinvestidos; 3. Exceto setor financeiro;

4. Dedução tem como limite o valor de 25% da coleta (50% no caso das PMEs). Fonte: OE23

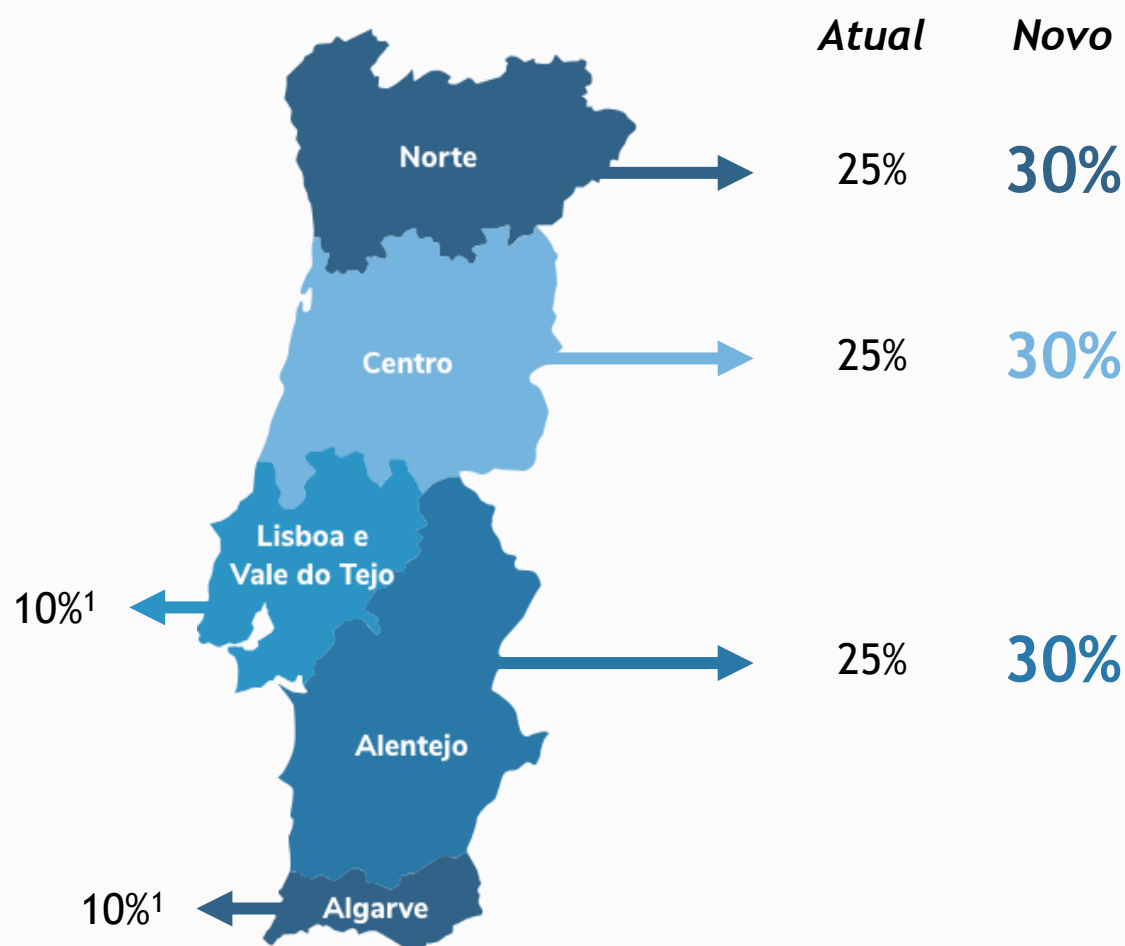
Melhoria do regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI)

Regime atual

- Dedução à coleta de IRC entre 10% e 25% dos investimentos até aos 15 M€ e 10% a partir dos 15 M€
- Limite do valor de dedução é 50% da coleta de IRC

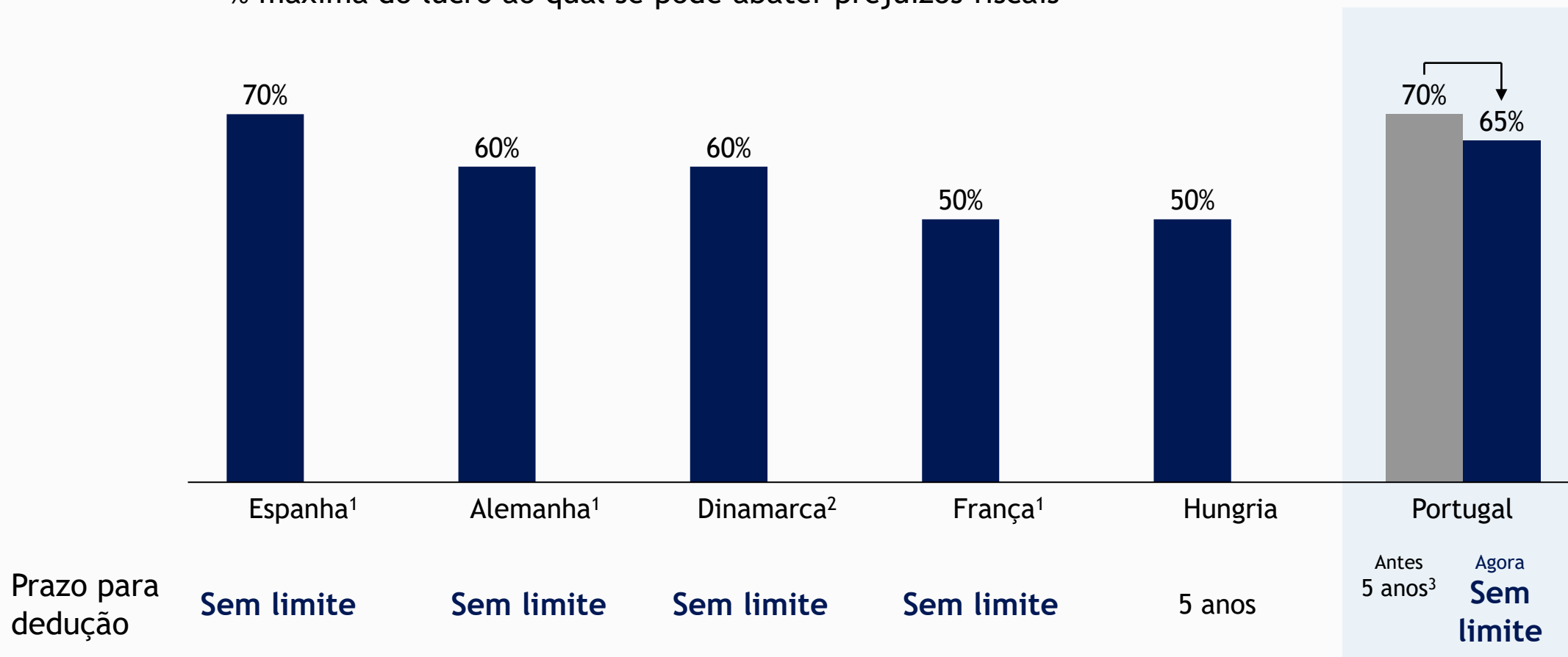
Alterações

- 3 regiões veem os seus limites aumentados de 25% para 30%, até aos 15 M€



Portugal simplifica regime fiscal de dedução de prejuízos, alinhando com *benchmark* europeu

% máxima do lucro ao qual se pode abater prejuízos fiscais



1. Dedução ilimitada até 1 M€, taxa aplica-se acima desse valor; 2. Dedução ilimitada até 1,25 M€, taxa aplica-se acima desse valor

3. Grandes empresas: 5 anos; restantes empresas: 12 anos. Fonte: *Tax Foundation*

Fiscalidade mais justa nas empresas

30



Windfall tax

- Portugal irá implementar já em 2022 a **Contribuição Temporária de Solidariedade (CTS)**, no quadro do **regulamento do Conselho da UE**
- CTS incidirá sobre **lucros extraordinários**
- **Taxa mínima: 33%**
- **Setores:** petróleo bruto, gás natural, carvão, refinação

n.a.

31



Regime de tributação de criptoativos

- Criação de **quadro fiscal amplo e adequado**, promovendo segurança e certeza jurídica
- **Mais-valias detidas menos de 1 ano:** tributação a 28%¹
- **Mineração:** tributação como rendimentos empresariais
- **Transmissões gratuitas:** 10%²
- **Comissões cobradas por prestadores de serviços:** 4%

n.a.

Apoio às empresas mais afetadas pela inflação

32		Apoio extraordinário aos custos com combustíveis na agricultura	• Apoio aos agricultores equivalente a redução do ISP para a taxa mínima, compensação do IVA e valor atual da taxa carbono • Montante total de redução: 0,10 €/L • Beneficiários: cerca de 140 mil agricultores	40 M€
33		Majoração em IRC de gastos em energia e produtos agrícolas	• Majoração de 20% do incremento dos gastos em energia e 40% dos gastos em produtos agrícolas • Período: gastos incorridos em 2022 • Beneficiários: mais de 500 mil empresas	60 M€ <i>(impacto em 2024)</i>
-		Injeção para redução dos preços da eletricidade e gás	• Redução dos aumentos dos preços através da injeção de capital (CESE e taxa de carbono) e excedente tarifário nos sistemas de eletricidade e gás • Beneficiários: consumidores de eletricidade e gás	3 000 M€¹
34		Mecanismo ibérico de limitação dos preços da eletricidade	• Limitação do preço de referência do gás natural para produção de eletricidade • Compensação produtores afetados via preço final • Evita que preço do gás beneficie outros produtores • Beneficiários: consumidores expostos ao preço <i>spot</i>	<i>n.a.</i>

1. Total medida = 3 000 M€, dos quais 1 000 M€ de injeção em 2022, 1 000 M€ CESE+ taxa carbono em 2023, 1 000 M€ de excedente tarifário. Fonte: OE23

Reforço significativo do investimento público

35



Investimento público¹

+3 400 M€ total



Capitalização de empresas

777 M€

713 M€ empréstimos

Reforço da resposta do BPF e IAPMEI



Habitação a custos acessíveis

573 M€

313 M€ empréstimos

Apoio ao acesso à habitação
Habitação pública acessível
Alojamento estudantil



1 440 M€

Outros investimentos

Intervenções em escolas
Infraestruturas da Saúde
Reforços de meios Defesa
Equipamentos e Infraestruturas FSS³



Transição digital

353 M€

Agendas mobilizadoras
Centros Tecnológicos



Apoio à inovação

256 M€

Transição digital na Saúde,
na Educação e nas Empresas

Principais eixos

1. Investimento na ótica da contabilidade pública, excluindo encargos com PPPs, apenas Administração Central 2. Montantes dos empréstimos considerados como investimento em 2023. 3. Forças e Serviços de Segurança. Fonte: OE23

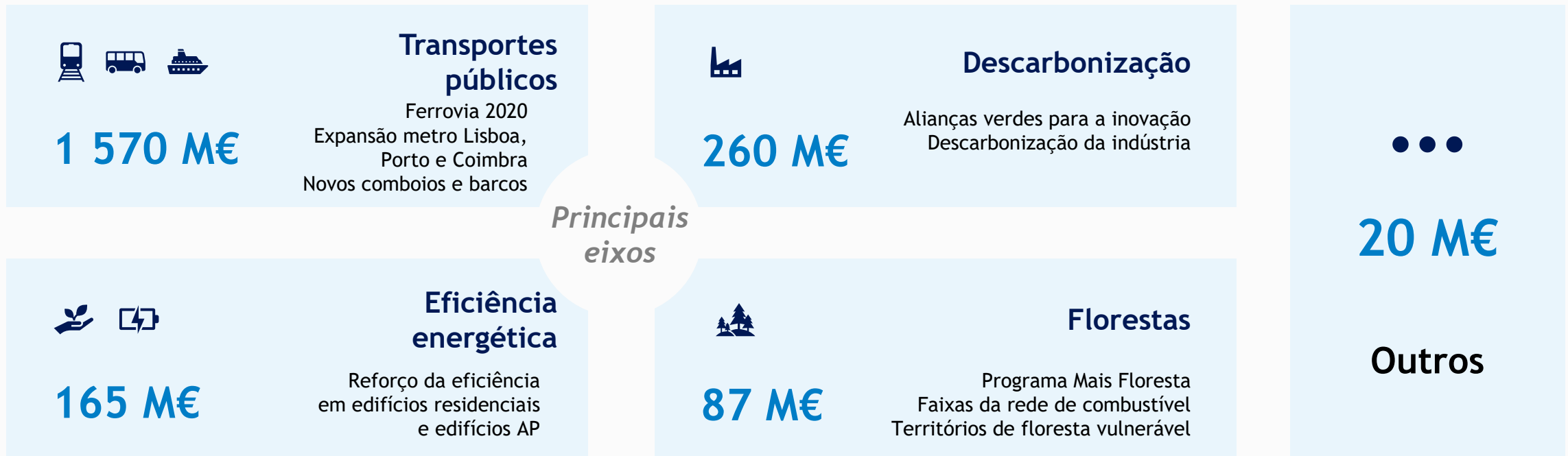
Aceleração do investimento na transição climática

36



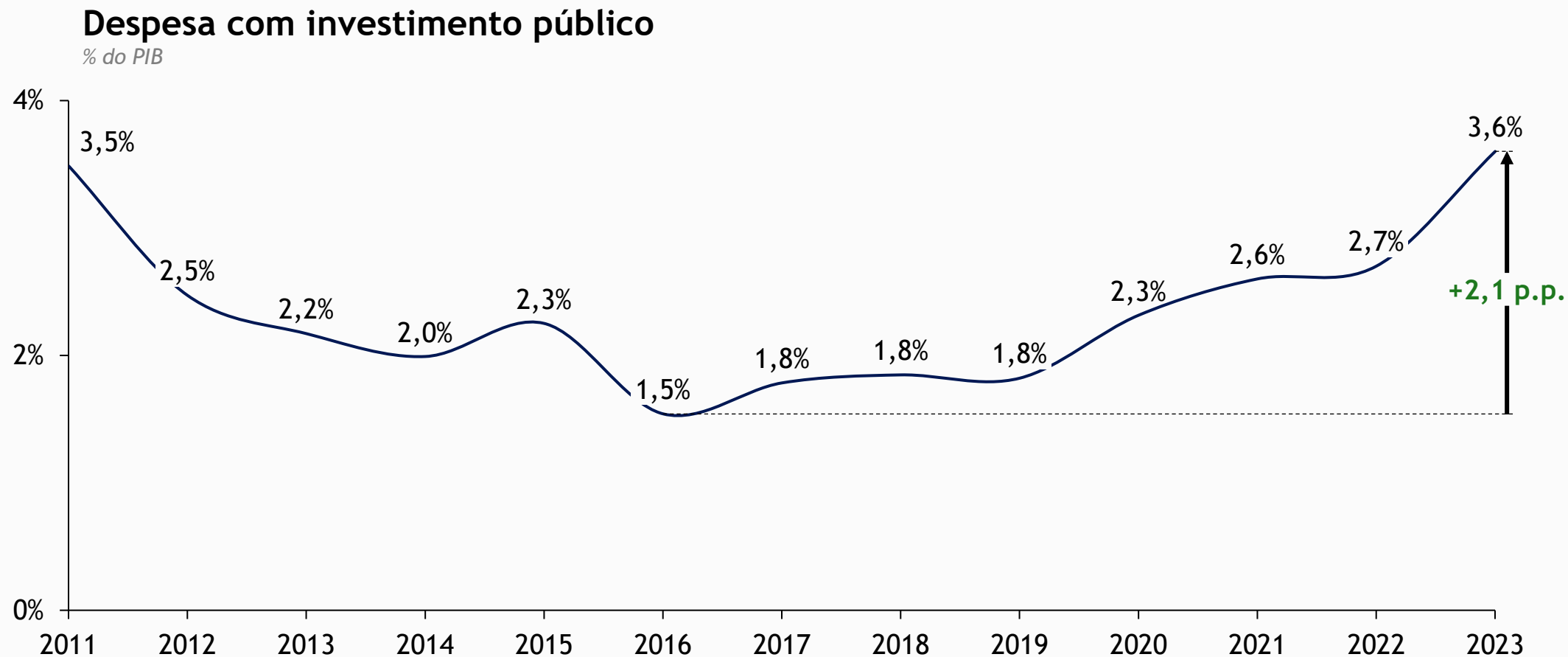
Investimento de
âmbito climático¹

+2 100 M€ total → soma aos restantes investimentos



1. Investimento na ótica da contabilidade pública, excluindo encargos com PPPs, apenas Administração Central 2. Montantes dos empréstimos considerados como investimento em 2023. Fonte: OE23

Reforço significativo do investimento público





Garantir a consolidação orçamental

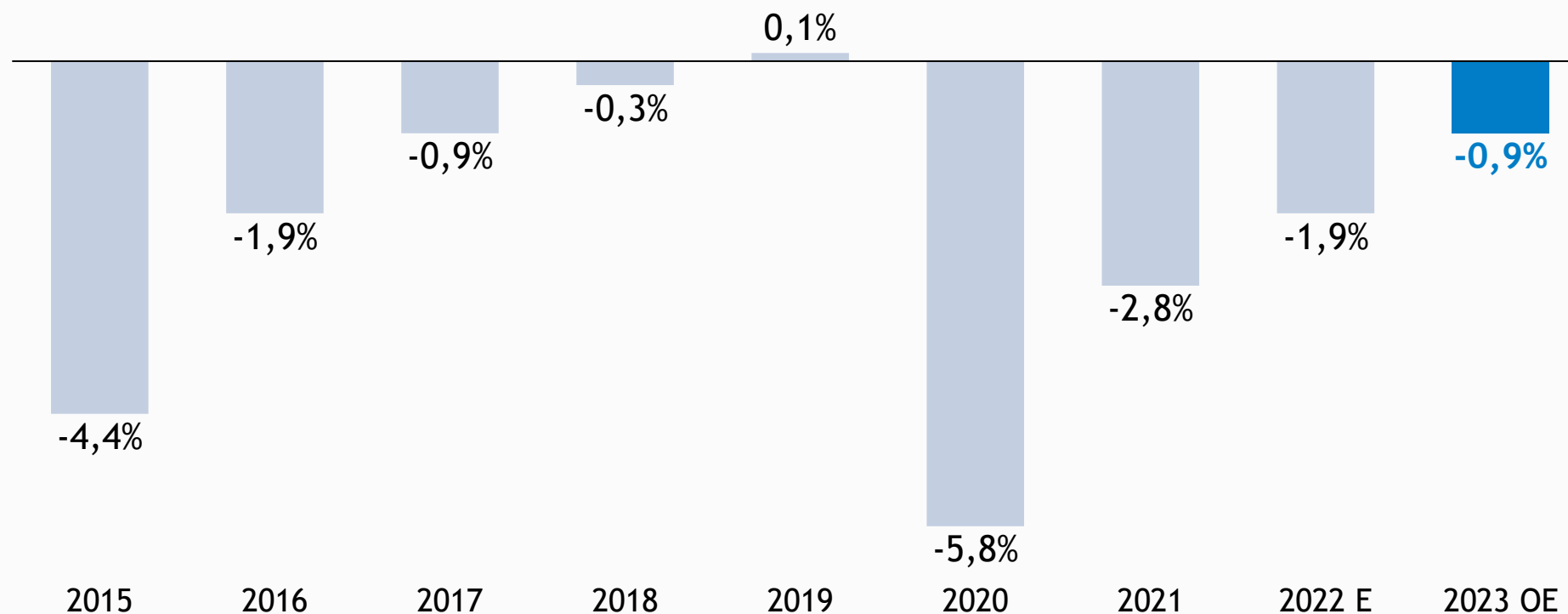
Melhoria do **saldo e redução da dívida**

Racionalização da **despesa**

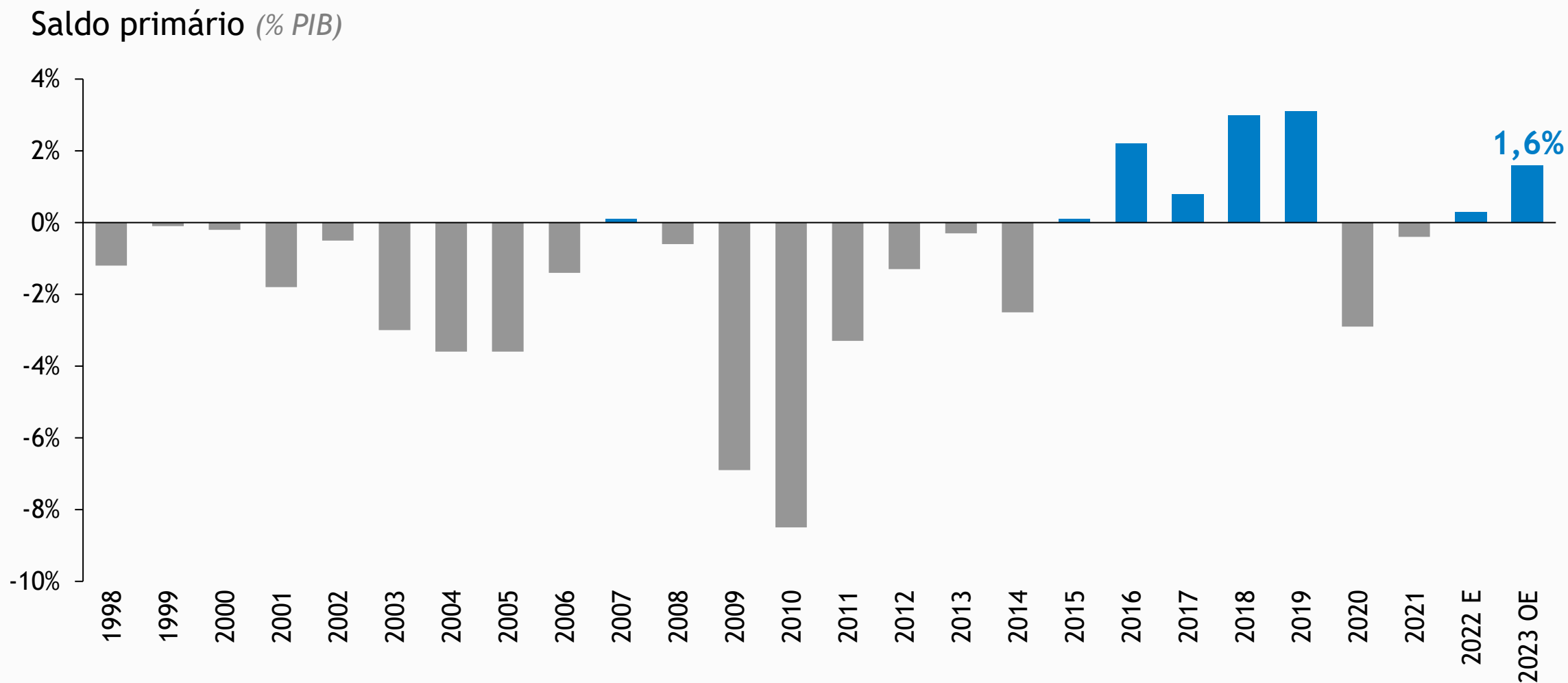
Aposta no **investimento público**

Prosseguir a melhoria do saldo

Saldo orçamental (% PIB)

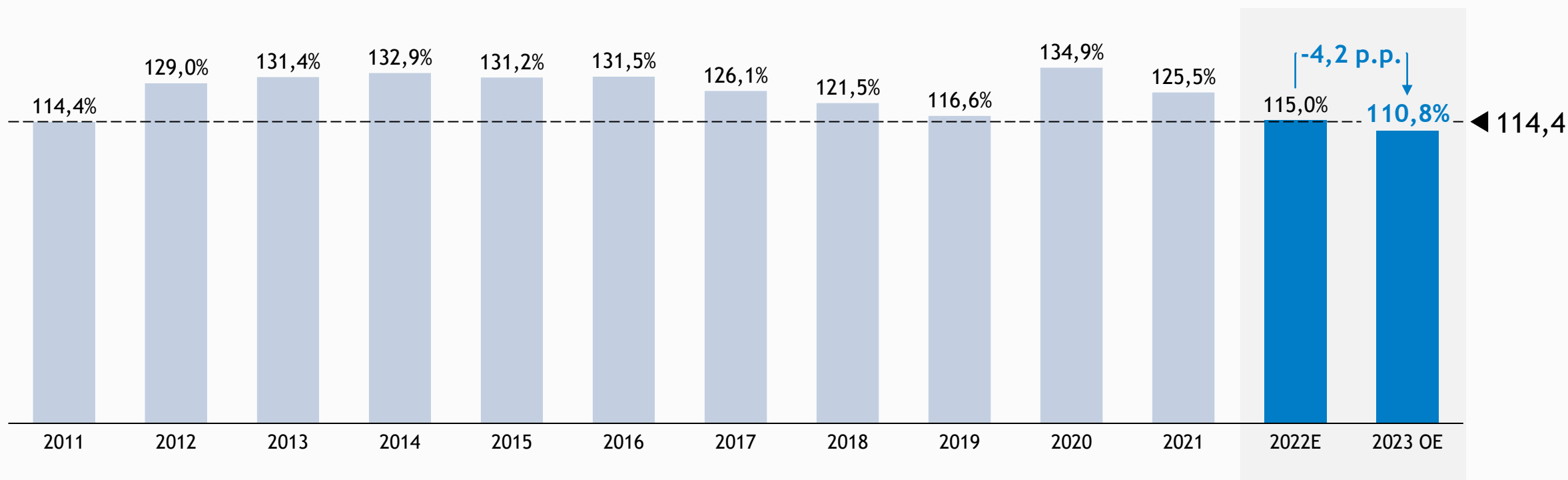


Saldo primário positivo



Redução adicional da dívida em 4,2 pp, baixa a níveis de 2011

Evolução da
Dívida Pública (% PIB)



Dívida reduz para níveis de Espanha, França e Bélgica

Dívida pública em 2023, países da Área do Euro

% PIB

